

Branquitude e televisão: considerações acerca da Maioria Minorizada na televisão brasileira

RICHARD SANTOS*

Resumo: O artigo coteja como se processam as relações de raça e poder refletidas nas produções da mídia televisiva e o impacto desse conteúdo ideológico na formação do imaginário sobre a Maioria Minorizada. Discute a política de comunicação transpassada pela geopolítica do imaginário e aponta para as ações relativas aos produtos midiáticos/televisivos, seja na ótica da dominação racial – subalternização do não branco –, seja na perspectiva de produção de subjetividades – que impactarão nas relações sociais e raciais no Brasil. Desse imperativo da branquitude apresenta um breve retrato de pouco mais de uma década de pesquisa do autor sobre televisão e branquitude no âmbito da academia.

Palavras-chave: Branquitude; Televisão; Maioria Minorizada; Ensino para as relações étnico-raciais; Educomunicação

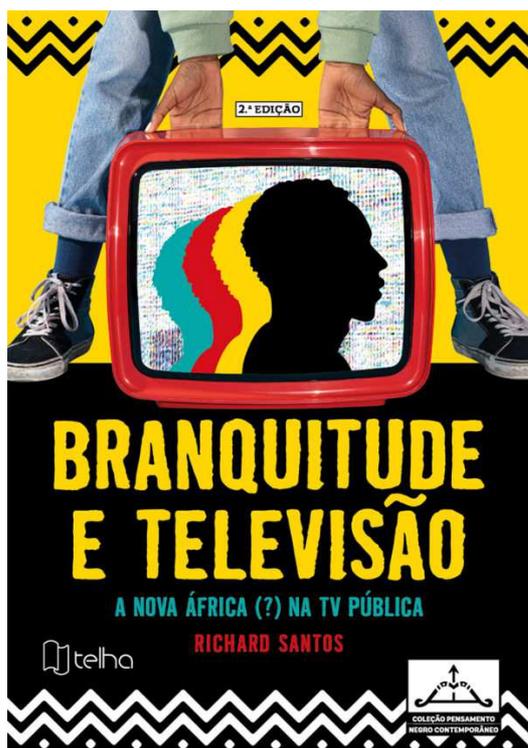
Whiteness and television: considerations about the Minority Majority in Brazilian Television

Abstract: It is proposed to analyze how the relations of race and power reflected in media productions are processed and the impact of this ideological content on the formation of the imagery of the Minority Majority, on the consciences and on the conduct of the recipients of these media/television products, whether from the perspective of racial domination – the subalternization of the non-white –, whether from the perspective of the production of subjectivities – which will impact social and racial relations in Brazil. Of this imperative of whiteness to present a brief portrait of just over a decade of research by the author on television and whiteness in the academy.

Key words: Whiteness; Television; Minority Majority; Teaching for ethnic-racial relations; Educommunication.



* **RICHARD SANTOS** é professor adjunto do Centro de Formação em Artes e Comunicação, CFAC, da Universidade Federal do Sul da Bahia, UFSB. Pós-doutor em Cultura e Sociedade (Pós-Cult. UFBA). Doutor em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos – ELA /UNB.



Apresentação

O artigo traz um breve registro dos dados e percepções construídas ao longo de doze anos a que tenho me dedicado objetivamente a estudar o fenômeno da branquitude como reflexo das relações de poder a partir da emissão de conteúdos televisivos. Para isso tomo por base a obra *Branquitude e televisão: a nova África(?) na TV pública* (SANTOS, 2021), recentemente publicada em segunda edição e a tese de doutorado (SANTOS, 2017) “A revolução não será televisionada (!?): o caso comparado da TV pública no Brasil e na Argentina”, defendida no Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília no ano de 2017.

Junto aqui dados coletados na pesquisa para a dissertação que resultou no livro acima mencionado e na sequência dela os dados e percepções auferidos no processo de investigação para a tese doutoral.

Para a dissertação de mestrado busquei compreender como se formava a imagem

das populações negras, de Brasil e África, na tela da televisão pública. Para isso analisei a segunda temporada do programa “Nova África” que estreou em 26 de setembro de 2012, exibido no Brasil pela TV Brasil. Ao todo foram exibidos 26 capítulos, cada um com 26 minutos de duração. O programa à época em sua segunda temporada foi produzido pela produtora Cinevideo, que com sua equipe enviada ao continente africano percorreu 30 países da região, dando preferência aos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS).

A obra se propunha a mediar, fazer uma ponte entre o Brasil e o continente africano, berço ancestral de milhares de homens e mulheres contribuintes desse caldeirão cultural que é a “híbrida” cultura brasileira (CANCLINI, 2007). Porém, consideramos que esse programa é fruto de uma histórica luta do movimento negro brasileiro por mais visibilidade de suas trajetórias e necessidade de conexão atualizada com a terra original de parte significativa de seus ancestrais, o continente africano.

Da mesma forma, avaliamos que o programa só se tornou realidade a partir da chegada ao poder de um grupo político constituído, também, por lideranças originárias da base da pirâmide social brasileira e de visão que aqui cunhamos como progressista. Tal grupo possibilitou o fortalecimento dos investimentos na TV pública brasileira, através da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e, com isso, o cumprimento de uma série de demandas políticas atreladas a seus apoiadores, dentre essas, a reconstrução do discurso oficial sobre a colaboração do elemento africano na formação brasileira.

Essa avaliação sobre a realidade que propiciou a existência do programa e mesmo a criação da Empresa Brasil de Comunicação parece se constituir em

verdade quando observamos os governos seguintes de Michel Temer¹ (2016-2019) e Jair Messias Bolsonaro² (2019-) e a forma com que estes conduziram a precarização e desmonte da empresa pública de comunicação e de sua programação.

Avalio a mídia pública e/ou comercial a partir do construto desenvolvido por Muniz Sodré (2006), sendo ela “um instrumento de direcionamento ou de criação de subjetividades no homem”. Essa concepção que ele apresenta como um novo *bios*, uma nova forma de vida que se articula, depende e vive por meio dela, que norteia os sujeitos contemporâneos. Com esta capa que fui a campo.

Ainda naquele período, entre 2015 e 2017 busquei aprofundar as percepções sobre a televisão pública brasileira e compará-la às empresas públicas de mídia da América do Sul. Desse modo que conduzi pesquisa comparada entre a TV Brasil e a TV Pública Argentina. Buscava compreender como as novas tecnologias, mais especificamente a TV Digital Interativa, TVDI, possibilitaria uma maior inclusão étnico-racial e pluralidade nos conteúdos televisivos. Para que isso ocorresse, objetivamente, necessitaríamos um efetivo rompimento com o segregador modelo televisivo estadunidense e o desenvolvimento de matriz estética e de linguagens que coadunassem com a realidade de pluralidade étnico-racial dos países investigados.

¹ Para mais, veja moção de repúdio do Conselho Curador da EBC sobre medida provisória do governo Michel Temer - <https://www.ebc.com.br/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contramedida-provisoria-que-desmonta-a-ebc> Acesso em 30 de julho de 2021.

Assim, como proposta central da tese, analisei as transformações ocorridas no âmbito das TVs Públicas do Brasil e Argentina no período de governo compreendido entre o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011), primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff (2011-2015) e os dois mandatos eletivos de Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015), atemporalidades permitidas na pesquisa histórico-comparativa.

Com o objetivo de ilustrar a investigação, averigui o processo político que levou a criação da TV Brasil associada à Empresa Brasil de Comunicação e da TV Digital Aberta na Argentina. Cotejamos a influência desses processos locais relacionados com a criação da *Telesur*, empreendimento multiestatal de matriz venezuelana e os desdobramentos desses empreendimentos como direito humano a comunicação democrática, plural e emancipatória.

A investigação partiu de base teórico-metodológica interdisciplinar buscando a reflexão baseada na multiplicidade de saberes e disciplinas articuladas para a compreensão, explicação e facilitação da análise do objeto investigado, sem demérito para os conhecimentos e vivências prévias do pesquisador, fortemente presente na constituição perceptiva do objeto.

Desse modo que foi possível avançar sobre a geopolítica da comunicação na América Latina; a formação dos Estados Nacionais e de suas elites relacionadas com os monopólios e oligopólios

² Coadunando com sua política extremista e antidemocracia, o governo de Jair Bolsonaro propõe a privatização da Empresa Brasil de Comunicação - <https://diplomatie.org.br/comunicacao-publica-perto-do-fim/> Acesso em 30 de julho de 2021

comunicacionais dependentes; a influência estadunidense na cooperação técnica para o desenvolvimento das tecnologias da comunicação na região; imposições estadunidenses quanto ao desenvolvimento e estética branca das programações para a região que formam cenários de representação em desacordo com o caudal multicultural local; os processos reativos nascidos nos governos progressistas que no período avançaram pelo continente; os medos, descaminhos e conciliações que impediram a concretização da possibilidade emancipatória.

Secundariamente, a pesquisa doutoral teve como objetivo compreender o lugar de visibilidade da Maioria Minorizada dentro destas reconfigurações televisivas na região. Questiono se aquele momento ímpar para a política regional, de governos considerados progressistas e com políticas de inclusão social e racial, trouxe subsídios para o desenvolvimento de uma televisão pública mais sócio-racialmente diversificada conforme pretendido em seus documentos de fundação, ou se continuou a reproduzir a estética e perfil eurocentrado, copiado das emissoras comerciais orientadas pela reprodução e comercialização da estética branca do norte global. Por fim, questiono como são apresentadas as representações da realidade na mídia pública. Dito de outra maneira, como a comunicação pública poderia gerar informação independente das relações mercantilizadas de seus congêneres comerciais e contribuir na formação cidadã e emancipadora de seu público receptor, o sujeito cidadão. Como propõe Borges:

A temática mídia e representações do outro afigura-se como um nexos importante para pensarmos, em perspectiva ampliada, nos modos em que o imaginário ordena-se em torno da questão, visto que envolve

discriminações acerca do certo ou do errado, melhor ou pior, belo e feio, normal e desviante, adequado e inadequado, próprio e impróprio, fornecendo a todos nós padrões com os quais constituímos nossos horizontes identitários, ideais culturais de ser e bem estar no mundo (BORGES, 2012, p.179).

Em diálogo com o avanço tecnológico e a adoção das novas tecnologias digitais para o audiovisual buscou-se perceber se a Televisão Pública reconfigurada transformaria-se num fator determinante para a formação de cidadãos, estimuladora da emancipação social contra-hegemônica e não reprodutora de consumidores digitais não críticos nesta modernidade tardia e dependente a que está inserida.

Concluimos com a inviabilidade do projeto proposto para uma nova televisão pública, mais plural e inclusiva, associada à histórica dependência dos Estados periféricos e o governo de caráter não revolucionário, conciliador, nos países investigados que não radicalizaram democraticamente e investiram verdadeiramente no processo de reestruturação dos meios quando possível. De modo geral, tendo o Brasil como melhor exemplo, sucumbiram aos interesses do mercado, à estética permeada por branquitude e às demandas de grupos políticos ditos progressistas, porém, confortáveis em suas posições de lideranças e manipuladores do jogo político midiático.

Do sujeito desidentificado à Maioria Minorizada

O conceito Sujeito Desidentificado, tendo Maioria Minorizada como seu coletivo surgiu durante a elaboração de minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2014) onde primeiro registrei o termo associado às populações negras no Brasil, fazendo relação com o

continente africano e a sua dependência econômica. Posteriormente à conclusão do mestrado, reforcei a proposta de Maioria Minorizada como uma possibilidade analítica na tese de doutorado (SANTOS, 2017).

Como dito anteriormente, na tese, como uma sequência do mestrado, debati o Estado nacional na América Latina em sua relação com a mídia televisiva, emissor de signos que inferem no imaginário sobre o que seria a Maioria Minorizada. Fi-lo numa perspectiva comparada entre o Brasil e a Argentina e suas respectivas televisões públicas.

Naquele momento de escrita da tese associei o dispositivo analítico de racialidade que é Maioria Minorizada como sendo o coletivo de Sujeito Desidentificado (SANTOS 2014), onde afirmo que a televisão brasileira ao utilizar da branquitude para definição de seus padrões de emissão, produção e estética, desidentifica o sujeito negro e coloca-o em um não-lugar comportamental, como um não humano. Desconstrói a identidade desse sujeito em relação a outros grupos humanos, povos e culturas. Essa coletividade de sujeitos desidentificados daria lugar ao que chamo de Maioria Minorizada.

Compreendo como Maioria Minorizada o grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos (negros) conforme categorização do IBGE³ que, conquanto conformem a maioria demográfica da população brasileira, é minoria em termos de acesso a direitos, serviços públicos, representação política, e, que racializados como seres inferiores,

sofrem apagamento identitário, são desidentificados(as), tornando-se, portanto, “minorias” no acesso à cidadania, e “maiorias” em todo o processo de espoliação econômica, social e cultural, por fim, as maiores vítimas de todas as formas de violência. (SANTOS, 2020, p23).

Transdisciplinarmente, proponho uma abordagem emancipadora como a um projeto de desvendamento do mundo presente com o propósito de transformá-lo, re-configurá-lo dando visibilidade a história e constituição social dessa Maioria Minorizada não contemplada pelos construtos sociais e produção acadêmica.

Branquitude e imaginário

É Joel Zito Araújo (2001) que chamou a atenção para a realidade formulada pela mídia brasileira no início do século XXI, onde a população negra *continuum* é submetida às experiências de uma autoimagem que denota desumanização, gerada por uma promoção de identidade racial subalternizada, minorizada e reforçada pela indústria cultural brasileira, a qual insiste no ideal de branqueamento como referências de classificação.

Esse dado trazido por Araújo é parte de uma sequência de ações sócio-históricas da elite “branca” que, conforme Muniz Sodré (2015), articulam conformações sociais e interesses racialistas por interesse próprio. O professor sentencia que, apesar de não haver uma identidade negra originária, construída naturalmente a partir da cor da pele (raça) ou da mentalidade (etnia). Tal identidade aparece na história a partir da

autodeclarados. Ver mais em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Visualizado em 10 Jun. 2021.

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, considera que negros são a soma populacional de pretos e pardos e, que, no Brasil, segundo a última PNAD aumentou consideravelmente os autodeclarados, tendo reduzido o número de brancos também

discriminação cultural operada por indivíduos e grupos de cor clara. Estes, por sua vez, só se reconhecem como “identidade branca” ou “eurocidental” no contexto relacional com os ditos não brancos ou não ocidentais.

Deste modo, é possível afirmar que investigar a imagem do que classifico como Maioria Minorizada (SANTOS, 2020) na mídia brasileira permeada pela branquitude é considerar que o fenótipo continua sendo um marcador social que possibilita a estruturação da hierarquia racial, onde o próprio branco torna-se agência de si e, coloca-se em posição de legitimar o uso-fruto dos privilégios de sua brancura. Já o negro tendo seus direitos violados continuamente pela arquitetura imaginária da desvalorização e desumanização de sua negrura é consagrado como não humano à Fanon (1968), “incapazes” de ultrapassar o âmbito das cidadanias mutiladas na perspectiva de Milton Santos (1996/1997) e das barragens de peneiramento de que tratou Clóvis Moura (1977). Conforme Mbembe (2018, p.21), esse processo de desconstrução da humanidade do ser humano racializado como negro têm relação com a criação do próprio termo, sendo ele resultado de um “maquinário social e técnico” inseparável do sistema capitalista, que o produz enquanto “exclusão, embrutecimento e degradação”.

Percepções não conclusivas

“Até que os leões aprendam a narrar suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador”. **Provérbio Africano.**

Tenho construído minhas pesquisas e registros dela como uma obra aberta, é desse modo que não considero traçar conclusões duras e sedimentadas no imediatismo da interação pesquisador e seu objeto. Ao contrário disso, informo

sempre que tratamos de uma obra aberta, possível de novas leituras, reconsiderações e atualizações de dados e compreensões.

Destarte que vislumbro o processo de percepção do modo de abordagem das culturas negras pela mídia televisiva só me foi possível, inicialmente, devido às minhas características sócio raciais aliadas à vivência no âmbito acadêmico e das experiências profissionais nos meios midiáticos.

Oriundo da Maioria Minorizada, ainda que negue, todo cidadão negro, em algum momento de sua vida, se crítico, perceberá o seu estado de desidentificação por parte da plataforma televisiva e se perguntará onde e como está situado seu grupo étnico-racial, sua comunidade. A partir desse momento nascerão as hipóteses deste alijamento social. Alguns buscarão respostas e proporão soluções, outros terão sua autoestima destruída e, sequer, conseguirão se inserir no espaço social excludente a que veio ao mundo. Estes estarão localizados nos grupos dos excluídos, subalternizados, abaixo da linha do ser.

No Brasil e nos demais países americanos que construíram sua economia a partir do sistema escravagista e com massiva importação de africanos oriundos de diferentes grupos étnicos, o poder tem estado na mão dos descendentes dos colonizadores, aquele grupo social refratário à divisão do poder e patrocinador da teoria da democracia racial, incentivador da teoria da miscigenação como fábula. Porém, está inserida nesta fábula a origem da invisibilidade do negro na televisão brasileira.

Depois de dilatados anos de política de embranquecimento, as elites brasileiras e

latino-americanas iniciaram períodos de exaltação a mestiçagem, reconhecendo suas raízes multiculturais e declarando-se singulares devido à extensão da mistura racial de seus concidadãos. Porém, podemos observar que daí nasce ou se fortalece o conceito de cor como classe social, quanto mais clara a pele, mais acesso a serviços e oportunidades, quanto mais escura a pele, mais barreiras e dificuldades de mobilidade social.

Ao secundar que somos todos iguais, fortalecer o imaginário da igualdade, e operar sob estes termos, os dirigentes dos meios hegemônicos de comunicação têm a “liberdade” de escolher, entre os “iguais”, aqueles que mais se encaixariam aos objetivos dos programas levados ao ar. Ao escolher estes “iguais” os diretores tendem a selecionar os seus iguais (profissionais brancos) e, sendo estes diretores, funcionários e representantes da pequena elite proprietária das empresas televisivas comerciais, fazem uma televisão muito parecida esteticamente com o perfil idealizado pelos padrões e reprodutora da branquitude. Estes, também, supostamente “iguais” à maioria de seu público consumidor idealizado. Assim se procede a dialética racial na televisão brasileira.

Outro ponto que cabe destacar, no âmbito das relações de poder e controle dos meios, é que desde o início do período republicano brasileiro temos visto a luta dos herdeiros da espoliação colonial pela manutenção do poder político. Em nossa história talvez seja a maior área de contradição e competição paradigmática, na medida em que nela se concebem e forjam as coligações capazes de conduzir a transformação social. Por isso, é emergente a luta contra o alijamento social, identitário e cultural que os grupos dominantes secularmente impõem aos minorizados, e pela

cobrança do Estado para a regulação dos meios e, também, a promoção da pluralidade através de seu canal de televisão. O incentivo à permeabilidade de classe e raça na televisão é parte desta luta.

Para esta transformação e efetiva leitura das políticas de comunicação relacionadas ao poder e branquitude, contribuo articulando três pontos desenhados na tese que nos cabem e proporcionam maior compreensão do processo de dominação, afirmação da branquitude e configuração do imaginário.

1. Historicamente negros e indígenas são encobridos e silenciados pelo mito da modernidade. Avaliar a possibilidade emancipatória dos objetos investigados e o papel de seus gestores é desencobrir a perspectiva ideológica relacionada a esses subalternizados e encobertos, alimentar o olhar crítico para suas ações emancipatórias e posturas políticas frente ao Estado e seus governantes.
2. É preciso registrar e contextualizar o momento político dos países investigados, a conturbada estabilidade política na América Latina faz com que os meios de comunicação sejam alvo preferencial das forças políticas no poder em busca de desestabilizar o pêndulo da democracia.
3. Comunicação é produção de sentidos, comunicação televisiva é altamente produtora de signos e determina significado ou significação para a audiência. Impossível perceber a

comunicação desarticulada das decisões tomadas no dia a dia, nas escolhas do que vestir, nos signos que determinam o que achar do outro e na escolha que se faz em um canal de televisão e outro não. Comunicação é emissão e decodificação do emitido. O tempo todo estamos expostos aos ditames dessa ditadura invisível que antecipa e impõe o gosto e o comportamento.

Por fim, a emissão de informações por uma plataforma pública ou privada determina por si só o texto a ser recebido pelos receptores. Esse texto é um conjunto composto pelos fundamentos do signo, das posições que ele carrega do objeto que representa e dos demais signos que complementam o sentido que possibilita sua interpretação.

Deste prisma que analisar os governos progressistas possibilitou perscrutar os avanços em relação ao tema e as estagnações causadas por convicções e verdades nascidas de uma influência da indústria cultural sedutora e dominante, e o porquê dos signos da branquitude nos permearem o espaço comunicacional mesmo em períodos democráticos considerados progressistas e inclusivos.

Assim que ao longo do texto doutoral fiz um esforço para que as histórias comparadas partissem de lugares e momentos parelhos e que as igualdades e/ou proximidades fossem expostas e as diferenças pudessem ser amenizadas.

Quando das hegemonias e contra hegemonias para a emancipação, busco olhar para a dialética comunicacional local e aprofundar a compreensão de como se constituiu o avanço do imaginário que reforça a superioridade das potências hegemônicas citadas como balizador do fazer televisão na região.

Cai-se numa espécie atualizada de crítica do mito da modernidade. Porém, emancipar-se é compreender que de cá se pode construir saberes e desenvolver experiências ímpares para cá, desde nossas transformações unívocas não negando a contribuição e o diálogo com o vizinho do Norte, desde que essa troca de experiências políticas e cooperação não implique na dependência e subserviência a que estamos submetidos historicamente.

Pesquisar televisão, poder e branquitude a partir da multidimensionalidade hegemônica é estar preparado para uma compreensão crítica do véu do moderno desenvolvimento, onde os avanços tecnológicos paralisantes são promovidos como para “o bem de todos” e progresso da humanidade. Ao tomar postura crítica ao comportamento hegemônico dos EUA e de suas imposições via construção de imaginários, onde a televisão, o audiovisual, e as novas tecnologias são o meio, busco negar a imposição do Outro para os desta região, rechaçar a ilustração de bárbaros e imaturos, não civilizados cidadãos das repúblicas bananeiras.

Aponto ainda que a ideia de modernização tardia é a forma encontrada de renovação da colonialidade, subserviência aos interesses do capital e redução das soberanias dos países do Sul global. Esse processo de transformações rápidas relacionadas ao avanço tecnológico dos novos meios de comunicação, aceleração do tempo, e de reconfiguração do espaço-tempo está geralmente associado à globalização, reordenamento social ao qual os fenômenos aceleradamente se difundem pelo globo, permite a reconquista de povos emancipados, a reordenação de suas realidades subjogadas aos interesses do capital sem

amarras e o renascer de “novos bárbaros” não conectados, não associados aos destinos comuns dos subjugados pelo Novo Mundo tecnológico-mediado.

Assim que adentro no debate sobre o papel dos governantes progressistas e da facilitação de uma comunicação pública anticolonialista, não coadunante com as orientações das agências de informação e comunicação oligopolizadas, produzindo material diversificado, inclusivo e revelador da pluralidade cultural, racial e de saberes tradicionais da região em análise. Aponto para os grupos políticos e movimentos sociais em busca de uma globalização compatível com os que estão desse lado de cá, como diria o geógrafo.

Classes e grupos que nas últimas décadas têm articulado uma política emancipadora transnacional, mas que não tem controle algum sobre a compressão tempo-espço, do avanço e utilização das tecnologias desenvolvidas por empresas com subvenção estatal direcionada para o controle e aumento do monopólio e restrita às possibilidades contra hegemônicas emancipatórias dessa grande massa do Sul alijada dos processos sociais vivenciados nessa mundialização cultural.

Constato que existe uma grande batalha na América Latina no terreno das comunicações. Porém, é possível verificar também que as disputas superam o meio comunicacional e tem raízes fundamentais na organização democrática no continente. Essas lutas e transformações que ultrapassam os meios comunicacionais acontecem historicamente na esfera da política pública.

Luta-se por hegemonia e poder em sociedades que há pouco encontravam-se submetidas a ditaduras civis-militares. O debate em torno da elaboração de

novas regras para as concessões públicas é o ponto sensível de desagregação social nos países investigados. Por parte das empresas de mídia a argumentação é que por trabalharem com a difusão de ideias, e informações com valores e abordagens subjetivas, estariam diante de sérias ameaças de censura e cerceamento à liberdade de expressão.

Sob uma série de pressões externas e internas dos grupos associados ao neoliberalismo internacional, ao capital flutuante, e das pressões sofridas desde Getúlio Vargas pela não regulação dos meios, conclui-se que, no caso brasileiro, a não revisão dos critérios de concessões de outorgas às emissoras, processo influenciado pelo poder econômico dos barões da mídia sob a égide da globalização e de suas relações de assédio ao Estado através dos governantes da vez é algo usurpador do real poder imputado pelo povo ao representante do executivo nacional e principal trava para o avanço de uma televisão pública plural e de emissões não brancocêntricas.

Referências

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001. BORGES, Rosane da Silva. **Mídia, racismos e representações do outro**. IN: Mídia e racismo / Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.). - Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloisa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Trad. José laurenio de Melo. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MOURA, Clóvis. **O negro - de bom escravo a mau cidadão?** 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.

SANTOS, Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos. **A revolução não será televisionada (!?)** O caso comparado da Tv pública no Brasil e na Argentina. Orientador- Martín León Jacques Ibañez de Novion. Tese. Doutorado em Sociologia. Brasília, 2017.

_____. **Imagem e discurso: uma análise do programa Nova África da TV Brasil.** Dissertação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2014.

SANTOS, Richard. **Branquitude e Televisão.** A nova África(?) na TV pública. Coleção Pensamento Negro Contemporâneo; Rio de Janeiro: Editora Telha, 2ª edição, 2021.

_____. **Maioria Minorizada** – um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas.** IN: O preconceito. Org. Julio Lerner. São Paulo: - Imprensa Oficial, 1996/1997.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3º ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2015.

_____. **Bios midiático.** (Entrevista)
Link:
<https://educomunicacao.wordpress.com/2006/10/31/bios-midiatico-segundo-muniz-sodre/>
Acesso em 30/julho de 2021.

Recebido em 2021-07-30
Publicado em 2021-09-01